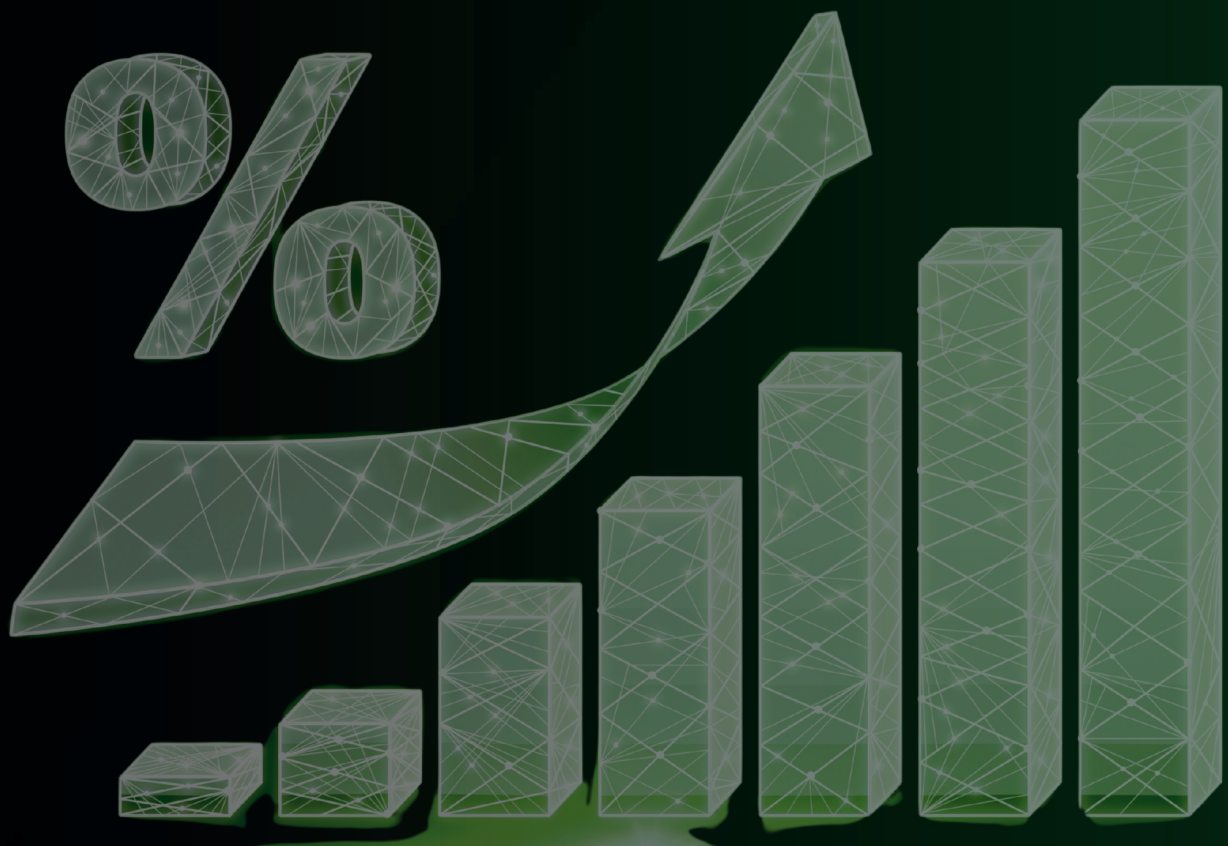


Ano 2026
Edição 002

GOIASPREV INVEST

**A Revista de Investimentos do
Regime Próprio de Previdência
Social do Estado de Goiás**

Relatório de Investimentos - Fevereiro de 2026



GOIASPREV



GOVERNO DE

GOIÁS

O ESTADO QUE DÁ CERTO

Comentário da Gestão

Encaminha-se o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de fevereiro de 2026. O documento apresenta a evolução da carteira de investimentos do RPPS do Estado de Goiás, contemplando a análise da alocação dos recursos por subcarteira, o desempenho frente aos respectivos benchmarks e o acompanhamento dos principais indicadores de risco definidos na Política de Investimentos vigente.

No período, o monitoramento da carteira foi conduzido em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Política de Investimentos 2026 e com as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na gestão dos recursos previdenciários. Ressalta-se que o conjunto dos Regimes Próprios de Previdência Social e os agentes de mercado que atuam no segmento ainda se encontram em processo de adaptação às alterações introduzidas pela referida resolução, especialmente no que se refere às rotinas de monitoramento, aos controles de risco e aos novos requisitos de governança e transparência.

A análise apresentada no relatório considera tanto o desempenho segmentado das subcarteiras quanto a avaliação consolidada do portfólio, permitindo verificar a aderência das estratégias adotadas aos objetivos de longo prazo do regime e às características do passivo atuarial. O relatório também apresenta o acompanhamento dos indicadores de risco e de desempenho definidos na governança de investimentos, bem como a verificação da conformidade das aplicações com os limites legais, regulamentares e internos.

Por fim, registra-se que as rotinas de monitoramento e reporte adotadas pela gestão buscam assegurar elevado padrão de governança, transparência e controle, permitindo ao Comitê de Investimentos e aos Conselhos exercerem de forma plena suas atribuições de acompanhamento, avaliação e supervisão da gestão dos recursos previdenciários.

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos

A Gestão de Recursos feita pela Goiás Previdência

A Goiás Previdência é a unidade gestora única do Regime Próprio do Estado de Goiás- RPPS/GO e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Goiás - SPSM/GO. Foi instituída pela Lei Complementar nº 66, de 27 de janeiro de 2009, criada para gerir, conceder e manter os benefícios previdenciários dos servidores públicos civis e militares[1]. São constituídos como unidades orçamentárias da GOIASPREV, os Fundos Civis Financeiro e Previdenciário do RPPS/GO e o Fundo Financeiro dos Militares do SPSM/GO.

O Fundo Previdenciário do RPPS/GO foi criado por meio da Lei Ordinária nº 20.850, de 16 de setembro de 2020, a qual implementou a segregação da massa de segurados com o objetivo de equacionar o déficit atuarial do regime. O fundo foi operacionalizado em novembro de 2020 e encontra-se estruturado sob o regime financeiro de capitalização, no qual as contribuições e os rendimentos auferidos são aplicados no mercado financeiro, com vistas à geração de rentabilidade suficiente para garantir o pagamento dos benefícios futuros.

Gestão dos Recursos dos Fundos Financeiros do RPPS/GO e do SPSM/GO

Os Fundos Financeiros do RPPS/GO e do SPSM/GO apresentam natureza estruturalmente deficitária, pois as contribuições dos segurados e do ente federativo não são suficientes para custear integralmente os benefícios previdenciários. Dessa forma, dependem de aportes mensais do Tesouro Estadual para garantir a regularidade dos pagamentos, operando sob regime de repartição simples, sem formação de reservas de longo prazo.

Nesse contexto, a gestão dos recursos deve priorizar segurança, liquidez imediata e previsibilidade, uma vez que os ingressos financeiros são direcionados ao pagamento dos benefícios no próprio mês.

Em síntese, o caráter deficitário desses fundos impõe uma política de investimentos conservadora e orientada à liquidez, na qual a garantia do pagamento tempestivo dos benefícios prevalece sobre objetivos de rentabilidade de médio e longo prazo.

A Gestão dos Recursos do Fundo Previdenciário

A gestão dos recursos do Fundo Previdenciário foi estruturada com o objetivo de promover a sustentabilidade financeira e atuarial do plano, observando os princípios de segurança, liquidez, solvência, transparência e responsabilidade socioambiental.

Para alcançar a meta de rentabilidade do Fundo Previdenciário do RPPS/GO em 2026 — definida em IPCA + 5,65% ao ano — a estratégia de investimentos foi organizada de forma equilibrada, combinando segurança, liquidez e busca por melhores retornos.

A carteira é dividida em três grandes blocos, chamados de subcarteiras, cada um com um papel bem definido.

A primeira delas é a Subcarteira de Imunização, que funciona como a base de sustentação do sistema. Nela estão concentrados títulos públicos indexados à inflação (IPCA), mantidos até o vencimento, com o objetivo de acompanhar o comportamento do passivo previdenciário e garantir o pagamento dos benefícios no longo prazo. Seu desempenho é comparado ao índice IMA-B 5+, servindo como referência para verificar se a rentabilidade real está alinhada à meta atuarial.

A segunda é a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, responsável por dar fluidez à gestão dos recursos e reduzir oscilações no curto prazo.

A Gestão de Recursos feita pela Goiás Previdência

Ela reúne investimentos mais conservadores, como as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e fundos de renda fixa atrelados à SELIC ou ao CDI, todos com marcação a mercado. Aqui, o foco é manter equilíbrio e previsibilidade, tendo como referência 95% do CDI e controle de risco por meio do tracking error.

Já a Subcarteira de Riscos concentra a estratégia de diversificação e busca de retorno adicional, por meio de investimentos em fundos multimercados, ações, estruturados e ativos no exterior, sempre compatíveis com o perfil prudente do RPPS. Seu desempenho é acompanhado em relação aos índices IBrX-100 e MSCI ACWI (em reais), com monitoramento de risco por métricas como VaR e Índice de Sharpe. A alocação nessa subcarteira ocorre de forma disciplinada, sendo realizada com o excedente das subcarteiras de Imunização e de Liquidez e Estabilidade quando estas superam a meta atuarial.



**Conheça a Política
de Investimentos**

Sumário

Cenário Econômico-Financeiro.....	6
Boletim GINV.....	6
Conjuntura.....	7
Análise da Inflação.....	9
Coluna do Analista.....	12
Enquadramento.....	14
Desempenho.....	16
Rentabilidades.....	22
Análise das Instituições Financeiras.....	25
Acompanhamento de Dealers.....	25
Acompanhamento dos riscos.....	28
Análise do desempenho das Subcarteiras.....	32
Sustentabilidade – ESG.....	33
Controle das Atividades.....	34

Cenário Econômico-Financeiro

**TABELA 1 – BOLETIM GINV
FEVEREIRO 2026**

	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB (%)	1,85	1,79	1,78	1,73	1,68	1,63
Desemprego (%)	5,13	5,14	5,15	5,16	5,17	5,18
Inflação (%)	3,84	3,62	3,49	3,39	3,29	3,19
Dólar (R\$)	5,64	5,79	5,94	6,09	6,24	6,4
SELIC-fechamento (% a.a.)	12,69	11,2	9,79	8,4	7	5,6
SELIC-média (% a.a.)	13,25	11,71	10,32	8,92	7,52	6,12
SELIC REAL Fechamento (% a.a.)	8,52	7,32	6,09	4,85	3,59	2,34
SELIC REAL-média (% a.a.)	9,09	7,81	6,6	5,35	4,1	2,84
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	9,71	9,47	9,34	9,23	9,13	9,02

Obs: índice oficial de crescimento do PIB em 2025 só terá sua primeira versão publicada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em março, sendo esta uma previsão do Boletim Focus.



Conjuntura

Em março de 2026, foi publicada a variação do PIB do ano de 2025, tendo seu crescimento no referido ano se encerrado em 2,3%.¹ Tal resultado foi congruente com as expectativas de mercado.² O crescimento do PIB do quarto trimestre de 2025 foi de 0,1%. Nota-se, após o 1º trimestre, que aferiu variação do PIB de 1,5%, uma drástica redução do crescimento, tendo o PIB aferido 0,3%, 0,0% e 0,1% nos trimestres posteriores de 2025, havendo um quadro sugestivo de desaceleração do crescimento.

A inflação oficial medida pelo IPCA mostrou uma aceleração mensal de cerca de 0,70% em fevereiro, reflexo, em boa parte, de reajustes sazonais em educação e custos de transporte, mas ainda assim o acumulado em 12 meses caiu para aproximadamente 3,81%, bem próximo do centro da meta perseguida pelo Banco Central ($3\% \pm 1,5$ p.p.) e abaixo dos 4,44% registrados em janeiro de 2026. Essa desaceleração em termos anuais indica que a dinâmica inflacionária tem perdido força apesar de persistirem pressões pontuais em serviços e serviços educacionais, ampliando o debate sobre até que ponto choques externos, como incremento no preço de combustíveis, reverberam no índice geral.³

No que tange à política monetária, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil manteve a meta SELIC em 15,00% ao ano na sua última reunião, sinalizando cautela diante da trajetória da inflação e dos riscos externos, mas abrindo margem para o início de um ciclo de cortes a partir de março de 2026 caso os próximos indicadores confirmem o processo de convergência inflacionária. A decisão reflete a ponderação entre reduzir gradualmente o custo do crédito — que se mantém entre os mais altos entre economias emergentes — e preservar o compromisso com a ancoragem de expectativas de preços, evitando uma desancoragem que pudesse desestabilizar a trajetória inflacionária.⁴

No campo do câmbio, a tendência estrutural de longo prazo do real continua influenciada por fatores globais e domésticos: o diferencial de juros ainda favorece fluxos de capitais para ativos brasileiros, contribuindo para uma certa contenção da volatilidade cambial frente ao dólar, apesar das turbulências externas recentes.

Na conjuntura, eventos geopolíticos de grande impacto (especialmente o agravamento do conflito no Oriente Médio entre Estados Unidos e Israel contra o Irã, que culminou na Crise do Estreito de Ormuz em 2026 e gerou ameaça ao tráfego de petroleiros) têm realimentado aversão a risco e fortalecido o dólar em relação a muitas moedas emergentes; esses choques pressionam a curva cambial para cima por meio do aumento dos prêmios de risco e da incerteza global sobre energia e comércio. Apesar disso, o dólar caiu em fevereiro de R\$ 5,2295 para 5,1486, sendo o diferencial de juros um provável motivo para isso. Outra possível explicação é que o dólar vem gradualmente perdendo seu status de ativo de máxima confiança.

Essa mesma crise energética externa tem uma influência direta nas expectativas de inflação e políticas monetárias globais: o conflito no Oriente Médio tem elevado preços do petróleo para patamares próximos ou acima de US\$ 80–100 por barril, com riscos de alcançar níveis ainda maiores caso as interrupções persistam, recriando pressões inflacionárias mundiais e complicando a trajetória de cortes de juros em muitas economias.

¹ IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

² BANCO CENTRAL:

<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260102.pdf>

³ IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

⁴ BANCO CENTRAL:

<https://www.bcb.gov.br/en/pressdetail/2648/nota>

Essa elevação nos preços do petróleo não apenas contamina índices de inflação em geral, através de combustíveis e custos de produção, como também adia decisões de afrouxamento monetário em países desenvolvidos e emergentes, elevando tensões sobre moedas de mercados emergentes como o real.[1]

Essa mesma crise energética externa tem uma influência direta nas expectativas de inflação e políticas monetárias globais: o conflito no Oriente Médio tem elevado preços do petróleo para patamares próximos ou acima de US\$ 80–100 por barril, com riscos de alcançar níveis ainda maiores caso as interrupções persistam, recriando pressões inflacionárias mundiais e complicando a trajetória de cortes de juros em muitas economias. Essa elevação nos preços do petróleo não apenas contamina índices de inflação em geral — através de combustíveis e custos de produção — como também adia decisões de afrouxamento monetário em países desenvolvidos e emergentes, elevando tensões sobre moedas de mercados emergentes como o real.⁵

No mercado de trabalho do Brasil, dados recentes mostram que a taxa de desemprego havia alcançado níveis muito baixos ao longo de 2025, pressionando salários e contribuindo para certa rigidez de preços, especialmente em serviços, o que por sua vez sustentou parte da inflação. No entanto, ao final do trimestre móvel novembro–dezembro–janeiro (2026), após 11 meses consecutivos de queda, há sinais de uma leve reversão nessa trajetória de desemprego, com o índice de desemprego voltando a subir modestamente.⁶ Esse movimento sugere que a economia pode estar se aproximando de um ponto de pleno emprego, mas também indica que os mercados de trabalho não continuarão a fornecer um suporte cada vez mais restritivo à inflação, abrindo espaço para o Copom considerar uma política monetária menos restritiva no curto prazo.



Por fim, os desdobramentos das guerras na Ucrânia e no Oriente Médio impõem riscos contingentes que atravessam todas as esferas da conjuntura brasileira. No conflito Russo-Ucraniano, apesar de uma certa estabilização nos últimos meses, as tensões geopolíticas continuam a influenciar mercados de commodities, cadeias de suprimentos e prêmios de risco globais, o que pode afetar desde custos de insumos industriais até percepções de risco por investidores estrangeiros. Já o confronto crescente entre EUA, Israel e Irã intensificado em 2026 exacerbou a incerteza sobre a oferta global de energia ao interromper, ainda que parcialmente, o tráfego no Estreito de Ormuz — passagem crítica para cerca de 20 % do petróleo mundial — elevando potencial de choque nos preços de energia e ampliando o canal de transmissão externo para a inflação interna.

⁵ ALJAZEERA (الجزيرة):

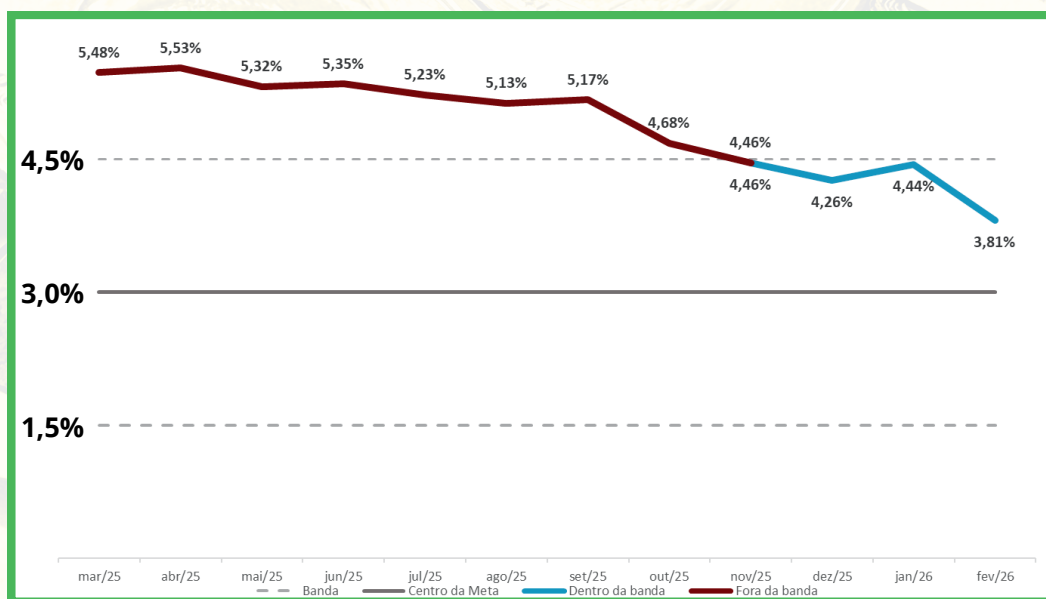
<https://www.aljazeera.com/news/2026/3/1/how-us-israel-attacks-on-iran-threaten-the-strait-of-hormuz-oil-markets>

⁶ IBGE:

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

Análise da Inflação

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



O gráfico 1 apresentado evidencia a trajetória da inflação acumulada em 12 meses ao longo do período analisado, destacando um movimento gradual de desaceleração após níveis inicialmente elevados. Nos primeiros meses, observa-se que a inflação permanece acima do limite superior da banda de tolerância da meta, indicando um cenário ainda marcado por pressões inflacionárias e desvio em relação ao objetivo estabelecido pela política monetária.

À medida que o tempo avança, a série passa a apresentar reduções sucessivas, revelando um processo contínuo de arrefecimento inflacionário. Esse movimento descendente ocorre de forma relativamente estável, refletindo a atuação de uma política monetária mais restritiva, cujo objetivo é conter o ritmo de crescimento dos preços e promover a convergência da inflação para patamares mais compatíveis com a meta.

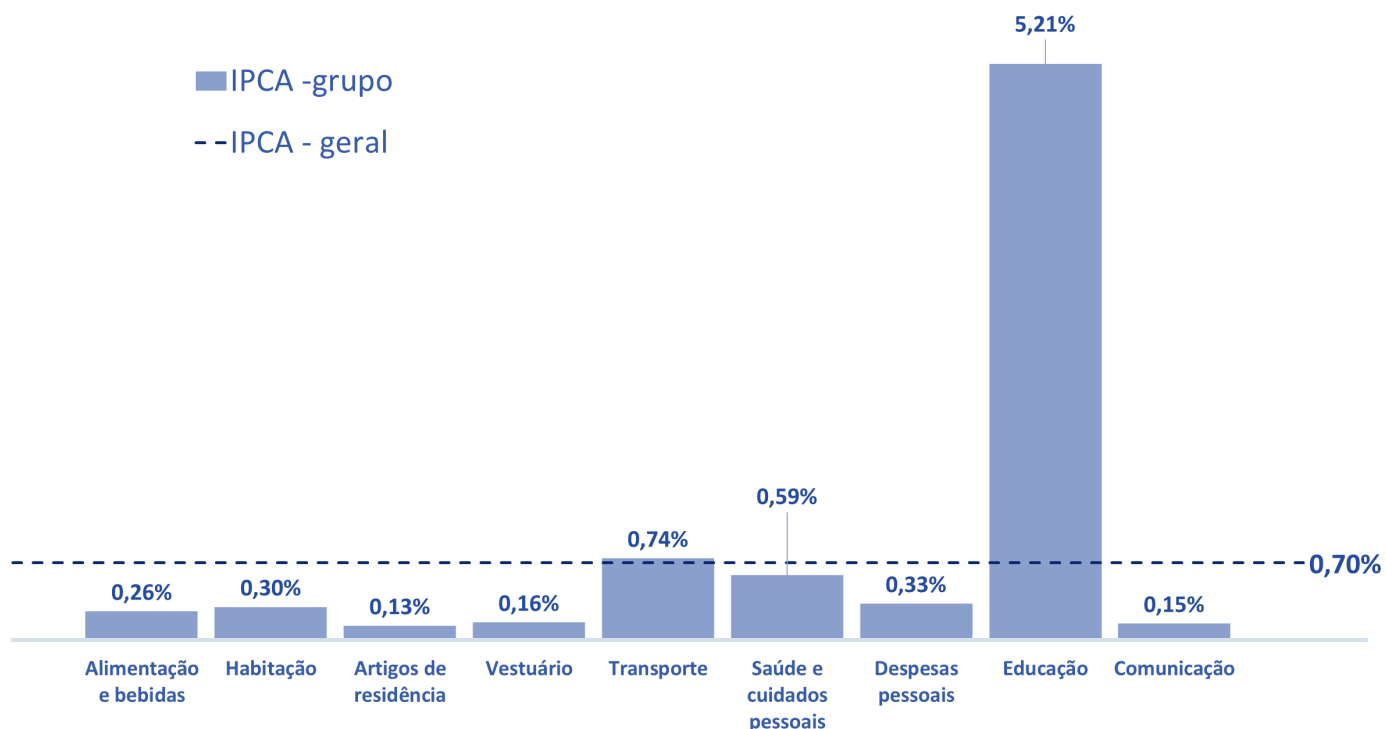
Um ponto relevante do gráfico é o momento em que a inflação acumulada deixa de ultrapassar o limite superior da banda e passa a situar-se dentro do intervalo de tolerância.

A mudança de coloração da linha reforça visualmente essa transição, indicando a passagem de um período de inflação fora da banda para um cenário em que os resultados passam a se alinhar aos parâmetros estabelecidos pelo regime de metas.

Nos períodos subsequentes, a inflação permanece dentro da banda de tolerância, ainda que com pequenas oscilações em torno desse intervalo. Esse comportamento sugere um processo de estabilização, no qual as pressões inflacionárias parecem estar mais controladas, refletindo a efetividade do conjunto de medidas adotadas pela política monetária.

Assim, o gráfico evidencia um processo de convergência gradual da inflação em direção ao intervalo compatível com a meta, indicando que, após um período de maior desvio, o comportamento dos preços passa a demonstrar maior aderência aos objetivos estabelecidos pelas autoridades monetárias.

GRÁFICO 2 – IPCA POR GRUPO DE PREÇOS



O Gráfico 2 apresenta a variação do IPCA por grupo de preços, comparando o desempenho de cada grupo com a inflação geral do período (0,7%). Observa-se que a maior contribuição para a inflação ocorreu no grupo Educação, com variação de 5,21%, valor significativamente superior aos demais grupos e ao índice geral, refletindo reajustes sazonais típicos do início do ano.

Entre os demais grupos, Transporte (0,74%) e Saúde e cuidados pessoais (0,59%) também apresentaram variações acima da inflação geral, contribuindo de forma relevante para o resultado do índice.

Por outro lado, grupos como Alimentação e bebidas (0,26%), Habitação (0,30%), Artigos de residência (0,13%), Vestuário (0,16%) e Comunicação (0,15%) registraram variações inferiores ao IPCA geral, indicando pressões inflacionárias mais moderadas nesses segmentos.

De modo geral, os dados mostram que o comportamento da inflação no período foi fortemen-

te influenciado por aumentos concentrados em grupos específicos, enquanto a maior parte dos demais componentes apresentou variações mais contidas.



GRÁFICO 3 – IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO

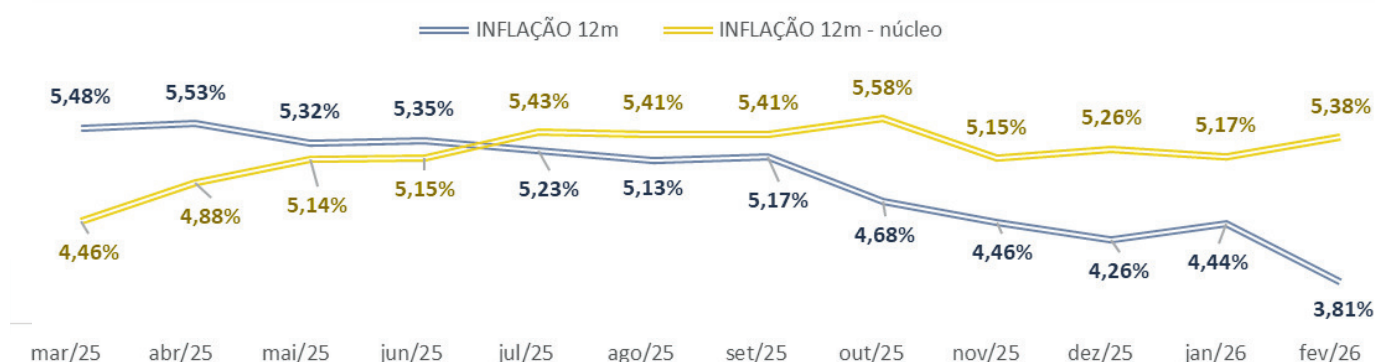
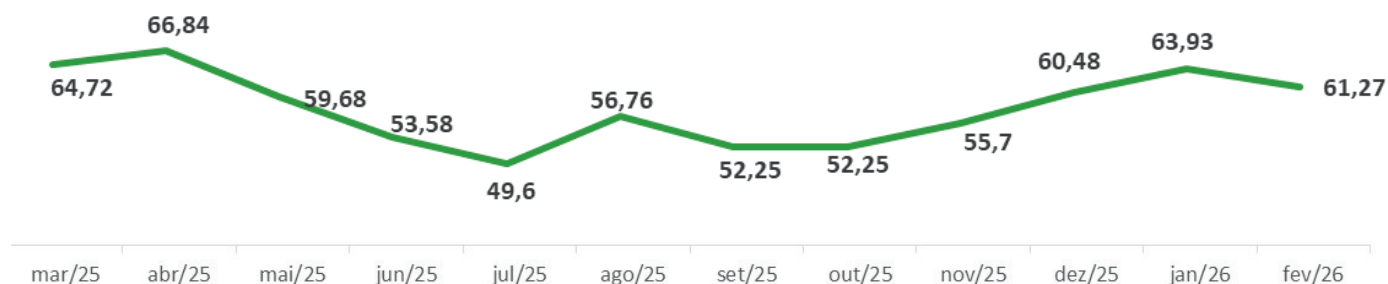


GRÁFICO 4 – DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)



O Gráfico 3 apresenta a evolução do IPCA acumulado em 12 meses em comparação com o núcleo da inflação no período de março de 2025 a fevereiro de 2026. Observa-se que o IPCA iniciou o período em 5,48%, mantendo-se relativamente estável até meados do ano e passando a apresentar trajetória de queda a partir de outubro de 2025, quando registrou 4,68%, atingindo 3,81% em fevereiro de 2026. Já o núcleo da inflação, que exclui componentes mais voláteis, apresentou movimento distinto, iniciando em 4,46% e gradualmente se elevando ao longo do período, alcançando 5,38% em fevereiro de 2026. Esse comportamento indica que, apesar da desaceleração do índice cheio, as pressões inflacionárias subjacentes permanecem relativamente elevadas.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da difusão da inflação, indicador que mede a proporção de itens

do índice de preços que registraram aumento em determinado período. Observa-se que a difusão iniciou em 64,72% em março de 2025, alcançando 66,84% em abril, e posteriormente apresentou tendência de queda até 49,6% em julho de 2025. A partir desse ponto, o indicador voltou a subir gradualmente, atingindo 63,93% em janeiro de 2026, com leve recuo para 61,27% em fevereiro de 2026. Esse movimento sugere que, embora tenha ocorrido desaceleração do índice geral de inflação, a disseminação dos aumentos de preços ainda permanece relativamente elevada em 61,27% dos itens da cesta de consumo.



Uma análise macroeconômica para os próximos 5 anos

por Paulo José Paiva Guimarães



Projeta-se uma estagnação da taxa de desemprego, devendo esta gravitar em torno de patamares similares à mínima histórica atingida no último trimestre de 2025 (5,10%). Trata-se de um movimento suave, que sugere não um choque abrupto no mercado de trabalho, e sim um processo de acomodação estrutural. O fim da queda de 11 meses do desemprego, tendo a taxa fechado em 5,4% no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2026, é congruente com o atingimento de um patamar mínimo de desemprego, compatível com um possível atingimento do pleno emprego.

Do ponto de vista teórico, esse comportamento é típico de economias que transitam de uma fase de recuperação cíclica para um regime de crescimento próximo ao seu potencial, ou mesmo abaixo dele. A redução inicial do desemprego foi impulsionada pela reabsorção de mão de obra ociosa acumulada em ciclos anteriores; uma vez esgotado esse estoque, o crescimento do produto passa a ser insuficiente para sustentar novas reduções do desemprego. A Lei de Okun (que correlaciona negativamente a taxa de desemprego com o PIB), nesse contexto, não deixa de operar, mas sua inclinação se reduz: crescimentos cada vez menores do PIB geram impactos praticamente nulos, ou levemente negativos, sobre a taxa de desemprego.

Essa leitura é plenamente compatível com a trajetória projetada do PIB, que revela uma desaceleração gradual de 2,30% em 2025 para 1,63% em 2031. Não se trata de uma recessão, a priori, mas de um cenário de crescimento declinante, característico de economias que enfrentam restrições estru-

turais, como baixa produtividade, limitações fiscais e ambiente de investimento ainda adverso.

Esse ritmo de expansão é insuficiente para gerar impulso relevante sobre o emprego, sobretudo em um ambiente em que o crescimento populacional e da força de trabalho, ainda que modestos, seguem positivos. A própria dinâmica do desemprego tende a retroalimentar a desaceleração econômica.

A estagnação, ou até aumento gradual da taxa de desocupação, ainda que em níveis historicamente baixos, limita a expansão da massa salarial real, reduzindo o dinamismo do consumo das famílias, que permanece como um dos principais motores da demanda agregada no Brasil. Em termos macroeconômicos, isso implica um multiplicador fiscal e de renda mais fraco, reforçando o cenário de crescimento baixo e estável, porém descendente. Forma-se, assim, um equilíbrio de baixo dinamismo: não recessivo, mas insuficiente para alterar significativamente o quadro social ou produtivo.

No campo nominal, a projeção indica uma trajetória benigna da inflação, que recua de 4,26% em 2025 para 3,19% em 2031. A desaceleração da inflação, mais intensa que no cenário anterior (janeiro de 2026) deve em grande medida à desaceleração econômica vindoura. Esse movimento cria o espaço necessário para um ciclo prolongado de afrouxamento monetário, refletido na queda consistente da taxa SELIC — de 14,90% ao ano em 2025 para 5,60% em 2031, no conceito de fechamento.

Ainda mais relevante do ponto de vista teórico é a dinâmica da taxa de juros real, que permanece elevada por todo o horizonte projetado: mesmo em 2031, a SELIC real de fechamento ainda se encontra em 2,34% ao ano, patamar significativamente superior ao observado em taxas análogas de economias centrais e diversos pares emergentes. Essa persistência revela que, apesar do recuo nominal, a política monetária segue operando em território restritivo por um período prolongado, coerente com um regime de metas de inflação que busca ancorar expectativas em um ambiente de credibilidade ainda em consolidação, sob a condução do Banco Central do Brasil.

A Guerra do Irã contra EUA e Israel, iniciada em 28/02/2026, pressiona os preços do petróleo, encarecendo os insumos de inúmeras cadeias produtivas, dificultando o arrefecimento da inflação e inviabilizando (mas não impossibilitando) a redução da taxa SELIC, no momento, cuja meta está em 15%. Este fator fez com que a estimação do cenário de fevereiro para os próximos anos tivesse uma queda de juros menor e mais lenta.

É justamente essa manutenção de juros reais elevados que explica o comportamento projetado da taxa de câmbio. O dólar apresenta uma trajetória de depreciação gradual, passando de R\$ 5,50 em 2025 para R\$ 6,40 em 2031, o que confirma a existência de uma tendência estrutural de desvalorização cambial. Contudo, o ritmo dessa desvalorização é claramente moderado.

Pela ótica da paridade descoberta de juros, o elevado diferencial de juros em favor do

Brasil continua a atrair fluxos de capital financeiro, compensando parcialmente os fatores estruturais que pressionam o câmbio — como crescimento baixo, fragilidades fiscais e prêmios de risco elevados. Assim, o câmbio apresenta uma tênue tendência de desvalorização do real face ao dólar, mas esta, embora tênue, pode possuir elevada volatilidade, dados os possíveis movimentos advindos do conturbado contexto internacional.

Paulo José Paiva Guimarães

Economista pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Analista contratado pela Goiás Previdência, responsável pela elaboração do cenário da Gerência de Investimento - GINV.

Enquadramento

TABELA 2 – LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		1,78%
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 2 acima apresenta a estrutura de limites adotada na política, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização, Liquidez e Estabilidade e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação definidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial por meio de ativos aderentes ao passivo.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite de até 40% e alvo próximo a esse patamar, reforça o compromisso com disponibilidade de re-

ursos para a gestão de fluxo e solvência das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira, sendo composta pelos recursos provenientes da rentabilidade que excedeu a meta atuarial em meses anteriores. A tabela torna-se a referência para o acompanhamento dos enquadramentos definidos na Política de Investimentos de 2026.



**TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL
(RES. CMN 5272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 27/02/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores, cujos recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	56,28%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	-
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	-
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic	5,00%	-
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	42,84%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	-
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	-
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	-
Art. 7º inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	-
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,88%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	-
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	-
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	-

A Tabela 3, em síntese, evidencia os limites normativos alinhados à regulamentação vigente na Resolução CMN 5.272/2025 e se materializa em uma carteira predominantemente composta por ativos de renda fixa, com baixa exposição a segmentos de maior risco. Ressalta-se que o nível de Pró-Gestão é um fator determinante no acesso aos incisos.

Contudo, a GOIASPREV, que possui o nível máximo de Pró-Gestão, tem acesso a todos os tipos de ativos descritos na norma legal, desde que permitido em sua Política de Investimentos. Em suma, os dados indicam pleno enquadramento às normas legais estabelecidas.

Desempenho

A composição atual da carteira ainda reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que priorizava a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento. A transição para a nova estrutura de alocação depende da conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente. Com a finalização desse processo, parte significativa dos recursos atualmente aplicados em fundos de investimento em renda fixa será gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados na curva, no âmbito da

Subcarteira de Imunização. Essa mudança permitirá maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

Essa estratégia não ocorre de forma aleatória, mas reflete um posicionamento alinhado ao cenário econômico atual, caracterizado por taxas de juros elevadas, que tornam os títulos públicos atrativos para travar retornos no longo prazo. Além disso, a estratégia também considera as características alongadas do passivo previdenciário, buscando maior previsibilidade de retorno e maior aderência entre ativos e passivos ao longo do tempo.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ	%	SALDO JANEIRO	%	SALDO FEVEREIRO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		99,13%	R\$788.453.108,54	99,12%	R\$808.082.870,74
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	4,60%	R\$36.627.286,56	4,54%	R\$36.988.452,42
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	7,19%	R\$57.166.291,27	7,08%	R\$57.726.880,34
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	16,06%	R\$127.773.145,45	19,98%	R\$162.877.797,44
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,58%	R\$12.586.182,72	1,56%	R\$12.711.058,64
CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	-	-	1,37%	R\$11.156.102,13
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	16,37%	R\$130.225.755,52	16,13%	R\$131.528.327,72
CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA	23.215.097/0001-55	0,53%		0,52%	R\$4.234.752,16
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	3,19%	R\$25.391.682,99	3,16%	R\$25.744.811,70
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,50%	R\$11.902.808,06	1,48%	R\$12.053.253,64
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,48%	R\$3.854.386,90	0,46%	R\$3.789.589,55
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	03.737.206/0001-97	18,93%	R\$150.554.778,29	18,65%	R\$152.067.540,02
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,04%	R\$350.367,28	0,04%	R\$353.623,33
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	12,76%	R\$101.507.192,98	12,58%	R\$102.529.774,42
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC	14.508.643/0001-55	4,14%	R\$32.930.210,78	-	-
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	11,74%	R\$93.387.882,73	11,57%	R\$94.320.907,22

	CNPJ	%	SALDO JANEIRO	%	SALDO FEVEREIRO
SUBCARTEIRA DE RISCOS					
		0,87%	R\$6.952.009,92	0,88%	R\$7.162.431,16
BB ACOES GOVERNANCA	10.418.335/0001-88	0,44%	R\$3.496.337,93	0,45%	3.635.802,24
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,32%	R\$2.542.192,64	0,31%	2.499.124,19
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,11%	R\$913.479,36	0,13%	1.027.504,73
CONTAS CORRENTES					
			R\$343.080,82		R\$7.769.591,46
BANCO DO BRASIL	-		-		-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		R\$343.080,82		R\$7.769.591,46
TOTAL DA CARTEIRA		100,00%	R\$79.574.819.928,00	100,00%	R\$823.014.893,36

Entre os fundos dessa Subcarteira, destacam-se aqueles com maior participação relativa, responsáveis por concentrar parcela significativa dos recursos e contribuir para a manutenção da segurança e liquidez da carteira, caracterizados pela possibilidade de resgate rápido. As variações observadas entre janeiro e fevereiro refletem ajustes pontuais nas posições, com pequenos aumentos ou reduções decorrentes tanto de movimentações de alocação quanto da própria atualização dos valores de mercado.

Já a Subcarteira de Riscos possui participação bastante reduzida no total da carteira, inferior a 1%, sendo composta por fundos de ações. Essa estrutura demonstra uma exposição limitada a ativos de maior volatilidade, mantendo o foco principal na preservação do capital.

Por fim, observa-se que o total da carteira apresenta variação entre os dois meses analisados, refletindo as oscilações naturais dos investimentos e eventuais movimentações financeiras realizadas no período. De forma geral, a estrutura da carteira permanece alinhada à Política de Investimentos vigente no que se refere à sua técnica e segurança, priorizando estabilidade, liquidez e controle de riscos.

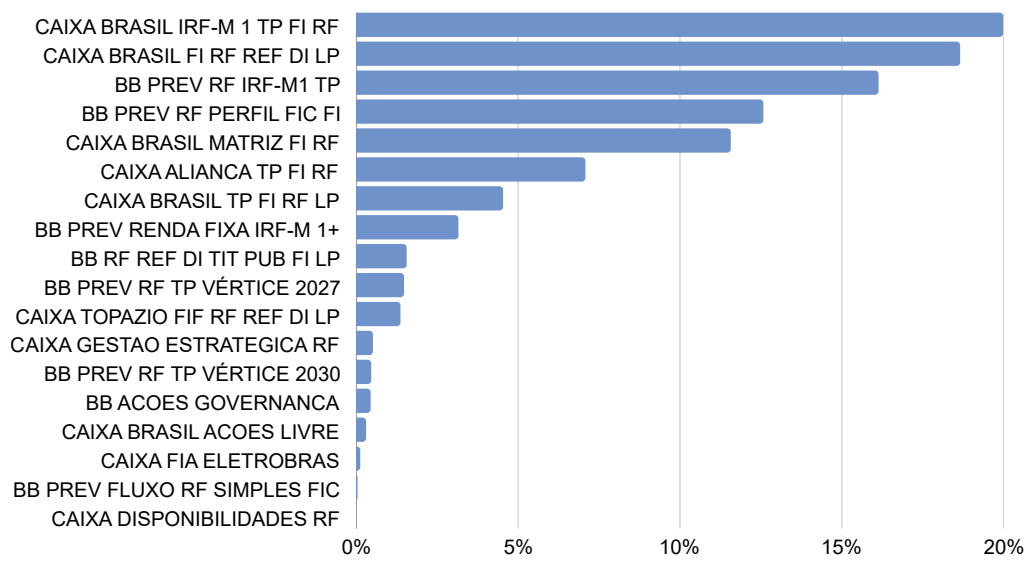
A composição apresentada na tabela demonstra uma alocação amplamente concentrada em ativos de renda fixa, especialmente em fundos referenciados em títulos públicos federais, o que está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que disciplina a aplicação dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A referida normativa incentiva uma gestão pautada na segurança, liquidez e solvência, priorizando ativos de menor risco e maior previsibilidade de retorno.

Por outro lado, a presença de uma pequena parcela alocada na Subcarteira de Riscos, composta por fundos de ações, também se mostra compatível com a regulamentação, que permite exposição controlada a ativos de maior volatilidade, desde que respeitados os limites normativos e os princípios de diversificação.

Observa-se, no entanto, um valor ligeiramente maior disponível em conta-corrente que aquele observado no mês anterior. A data de referência do fechamento mensal coincide com a data de crédito de novas arrecadações, podendo permanecer saldo a depender do horário do crédito em conta-corrente.

O Gráfico 5 apresenta a concentração dos investimentos no fundo previdenciário, evidenciando a participação relativa de cada ativo na composição da carteira. Observa-se que uma parcela significativa dos recursos está concentrada em poucos fundos, enquanto os demais apresentam participações menores e mais diluídas. De modo geral, a distribuição indica predominância de investimentos em fundos de renda fixa, com menor participação de ativos de maior risco, refletindo uma estratégia voltada à estabilidade, liquidez e diversificação da carteira.

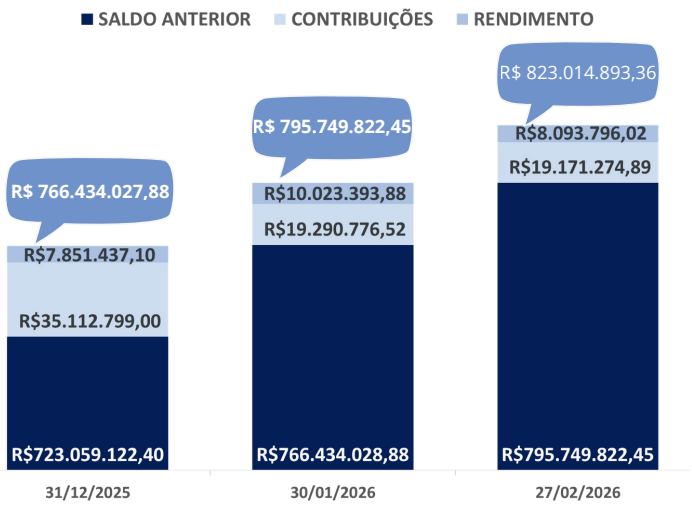
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO



O Gráfico 6 ilustra a evolução do patrimônio líquido desde dezembro de 2025, evidenciando um movimento de expansão gradual dos recursos sob gestão. Observa-se que, no primeiro período apresentado, fechamento de dezembro de 2025, o patrimônio se estabelece no patamar inicial de R\$ 766 milhões, que serve como base de comparação para os meses subsequentes.

No período seguinte, no fechamento de janeiro de 2026, verifica-se um acréscimo no volume de recursos de R\$ 766 milhões para R\$ 795 milhões, um aumento de 3,82%, representado no gráfico 6 pela parcela adicional incorporada ao valor anteriormente registrado.

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO EM MILHÕES DE REAIS



No período mais recente, no fechamento de fevereiro, o gráfico 6 aponta para uma nova elevação do patrimônio de R\$ 795 milhões para R\$ 823 milhões, aumento de 3,42% com relação ao mês anterior, consolidando a tendência de crescimento observada desde o início da série.

TABELA 5 – PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE				7.883.374,79	R\$788.453.108,54	R\$808.082.870,74
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP		D+0	361.165,87	R\$36.627.286,56	R\$36.988.452,42
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF		D+0	560.589,07	R\$57.166.291,27	R\$57.726.880,34
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	R\$33.811.387,21	D+0	1.293.264,78	R\$127.773.145,45	R\$162.877.797,44
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP		D+0	124.875,92	R\$12.586.182,72	R\$12.711.058,64
↳	CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP		D+0	-	-	R\$11.156.102,13
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP		D+1	1.302.572,20	R\$130.225.755,52	R\$131.528.327,72
↳	CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA		D+0	39.615,15	R\$4.195.137,00	R\$4.234.752,16
↳	BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	R\$113.807,97	D+0	239.320,74	R\$25.391.682,99	R\$25.744.811,70
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027		D+0	150.445,59	R\$11.902.808,06	R\$12.053.253,64
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	-113807.97*	D+0	49.010,62	R\$3.854.386,90	R\$3.789.589,55
↳	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP		D+0	1.512.761,74	R\$150.554.778,29	R\$152.067.540,02
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC		D+0	3.256,04	R\$350.367,28	R\$353.623,33
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI		D+0	1.022.581,44	R\$101.507.192,98	R\$102.529.774,42
↳	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC	-R\$33.221.101,93	D+0	290.891,15	R\$32.930.210,78	-
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF			933.024,49	R\$93.387.882,73	R\$94.320.907,22
SUBCARTEIRA DE RISCO				210.421,23	R\$716.243.116,00	R\$6.952.009,92
↳	BB ACOES GOVERNANCA		D+3	139.464,31	R\$3.635.802,24	R\$3.496.337,93
↳	CAIXA ATENA BRASIL ACOES LIVRE		D+15	-43.068,45	R\$2.499.124,19	R\$2.542.192,64
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS		D+3	114.025,37	R\$1.027.504,73	R\$913.479,36

*É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações e resgates em cada fundo supra mencionado.

*Aos fundos vértices não são admitidos resgates antes do vencimento, esta movimentação trata-se do pagamento de cupom de juros, evento esse que ocorre para títulos a vencer em anos pares todo dia 15/02 e 15/08 de cada ano.

A Tabela 5 apresenta as movimentações, rendimentos e saldos dos fundos que compõem a carteira no período analisado. Observa-se que os fundos de renda fixa concentram a maior parte dos recursos e foram responsáveis pela maior parcela do rendimento, refletindo a estratégia conservadora da carteira. Também são identificadas algumas movimentações entre fundos, indicando ajustes na gestão dos recursos. Já os fundos de renda variável, apesar da menor participação, apresentam maiores oscilações de rendimento, típicas dessa classe de ativos. De modo geral, a tabela evidencia o resultado obtido no período e a evolução dos saldos das aplicações.

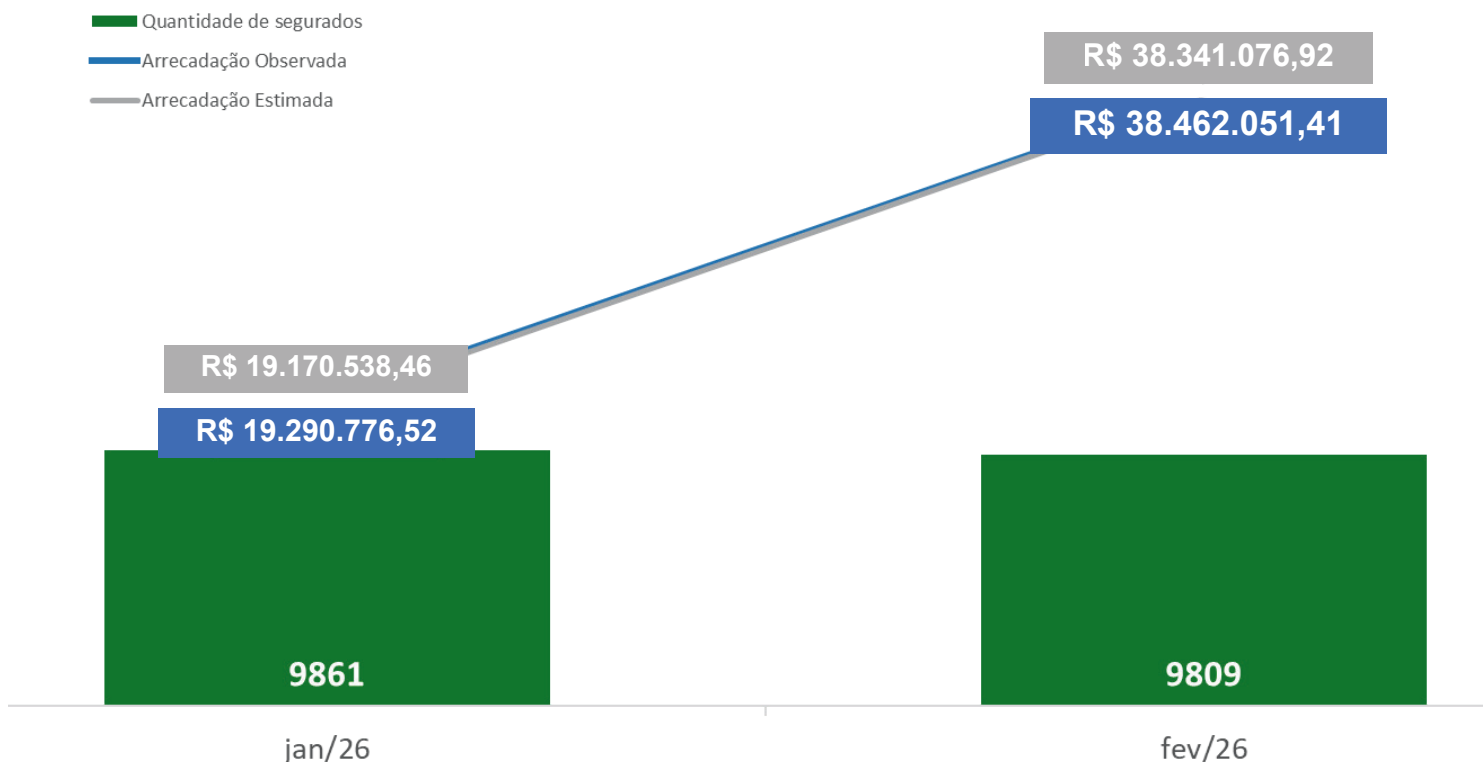
Segundo a tabela 6, ela também expõe que no mês de fevereiro foi retido aproximadamente R\$106 mil reais em taxa de administração em favor das instituições financeiras, ou seja, algo em torno de 0,0139% do saldo do fundo previdenciário em fevereiro. Tal valor coincide com a média das taxas de administração de 0,0139%.

Na Resolução CMN 5272/2025 são vedadas aplicações em fundos que não sejam exclusivamente constituídos de Títulos Públicos cuja participação de RPPS superem 50% dos fundos. A GOIASPREV ainda possui posição em alguns fundos que rompem com a Resolução CMN nº 5.272/2025, nestes casos novos aportes foram bloqueados e resgates podem acontecer a depender da estratégia adotada pela GOIASPREV. Os fundos possuem até 23 meses para se adequarem à nova regra acima.

TABELA 6 – CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS

		TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM POR SALDO MENSAL	% do PL de RPPS	SALDO DO FUNDO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		R\$100.251,32				R\$808.082.870,74
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,20%	0,0143%	R\$5.227,62	49,00%	R\$12.639.145.650,28
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	0,20%	0,0143%	R\$8.159,04	35,80%	R\$3.413.723.426,30
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	0,20%	0,0143%	R\$18.236,38	96,00%	R\$10.322.109.321,78
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP	0,10%	0,0071%	R\$898,60	15,20%	R\$50.716.144.408,96
↳	CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	0,10%	0,0071%	-	0,00%	R\$10.482.652.585,77
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	0,10%	0,0071%	R\$9.297,52	54,90%	R\$11.453.579.338,29
↳	CAIXA GESTAO ESTRATEGICA	0,40%	0,0285%	R\$1.196,39	97,60%	R\$3.667.536.413,14
↳	BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	0,30%	0,0214%	R\$5.433,51	40,80%	R\$389.359.589,76
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	0,20%	0,0143%	R\$1.698,82	59,10%	R\$1.351.651.698,60
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	0,20%	0,0143%	R\$550,12	67,00%	R\$956.008.103,83
↳	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	0,20%	0,0143%	R\$21.487,88	73,60%	R\$24.265.318.339,60
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	1,00%	0,0711%	R\$249,11	50,30%	R\$3.237.020.663,79
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI*	0,20%	0,0143%	R\$14.487,58	51,20%	R\$22.621.006.640,80
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF*	0,20%	0,0143%	R\$13.328,75	63,90%	R\$9.592.395.994,44
SUBCARTEIRA DE RISCO		R\$6.377,28				R\$6.952.009,92
↳	CAIXA ATENA AÇÕES LIVRE	2,00%	0,1416%	R\$3.598,41	99,80%	R\$900.802.026,75
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	1,00%	0,0711%	R\$2.485,86	50,10%	R\$862.304.654,96
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	0,45%	0,0321%	R\$293,01	17,70%	R\$308.655.687,98
TOTAL		R\$106.628,60				R\$815.034.880,66

GRÁFICO 7 – ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O Gráfico 7 acima evidencia, em janeiro e fevereiro, a arrecadação real (arrecadação observada), também a projeção de crescimento da arrecadação (arrecadação estimada), assim como a quantidade de segurados.

Em janeiro de 2026, o total de segurados registrado foi de 9.861. Nesse período, a arrecadação observada atingiu R\$19.170.538,46, enquanto a arrecadação estimada foi ligeiramente superior, alcançando R\$ 19.290.776,52.

Já em fevereiro de 2026, houve uma arrecadação de R\$19.171.274,89 e o número de segurados caiu para 9.089.

A arrecadação observada acumulada em fevereiro chegou a R\$ 38.462.051,41, enquanto a arrecadação estimada alcançou R\$ 38.341.076,92.

Essa evolução indica uma expectativa de fortalecimento gradual da arrecadação ao longo do primeiro quadrimestre do ano.

O comportamento projetado sugere incremento consistente das receitas, possivelmente associado ao aumento da base contributiva, à regularização de contribuições ou à consolidação de políticas de arrecadação. Assim, o gráfico evidencia um cenário positivo, com perspectiva de expansão financeira progressiva e sustentável no período analisado.



Rentabilidades

TABELA 7 – RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO	RENTABILIDADE MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE	1,0009%	2,2281%	105,3579%
BANCO DO BRASIL	1,0119%	2,2968%	106,5158%
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	0,9293%	2,0249%	97,8234%
BB PREV RF IRF-M1 TP	1,0002%	2,1949%	105,2886%
BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,0074%	2,2170%	106,0419%
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	1,2640%	2,3348%	133,0474%
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	1,2923%	2,4793%	136,0338%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	0,9415%	3,1709%	99,1016%
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	0,9922%	2,1671%	104,4386%
CAIXA ECONÔMICA	0,9953%	2,1884%	104,77%
CAIXA ALIANCA TP FI RF	0,9806%	2,1368%	103,2241%
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	1,0048%	2,1868%	105,7675%
CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA	0,9443%	2,9362%	99,4012%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	1,0101%	2,2096%	106,3256%
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,9991%	2,2112%	105,1669%
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,9861%	2,2124%	103,7955%
CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	0,0000%	0,0000%	0,0000%

A Tabela 7 apresenta a rentabilidade mensal e a acumulada no ano das Subcarteiras, bem como a comparação dos resultados com seus respectivos benchmarks, permitindo avaliar o desempenho dos investimentos por instituição financeira e por estratégia de alocação. Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, observa-se uma rentabilidade mensal de 1,0009% e rentabilidade acumulada no ano de 2,2281%, com desempenho equivalente a 105,3579% do benchmark (95% do CDI), indicando que, de forma agregada, a Subcarteira superou o índice de referência no período de fevereiro de 2026.

Entre os ativos administrados pelo Banco do Brasil, a instituição apresentou rentabilidade mensal de 1,0119% e rentabilidade acumulada de 2,2968%, alcançando 106,5158% do benchmark. Destacam-se os fundos BB Prev RF TP Vértice 2027 e BB Prev RF TP Vértice 2030, que apresentaram desempenhos superiores ao benchmark, com 133,0474% e 136,0338% do índice, respectivamente.

ATIVO	RENTABILIDADE MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK
SUBCARTEIRA DE RISCO	3,0268%	16,0010%	78,4042%
BANCO DO BRASIL	3,9889%	17,0071%	96,9898%
BB ACOES GOVERNANCA	3,9889%	17,0100%	96,9890%
CAIXA ECONÔMICA	2,4362%	15,0896%	59,2360%
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	-1,6941%	12,7900%	-41,1930%
CAIXA FIA ELETROBRAS	12,4825%	20,6800%	303,5119%
CARTEIRA CONSOLIDADA	1,0165%	2,3363%	104,0857%
BANCO DO BRASIL	1,0479%	2,4570%	107,1724%
CAIXA ECONÔMICA	1,0017%	2,2690%	102,4474%

Nos fundos administrados pela Caixa Econômica, a instituição registrou rentabilidade mensal de 0,9953% e rentabilidade acumulada de 2,1884%, atingindo 104,77% do benchmark. Entre os ativos, os fundos Caixa Brasil IRF-M 1 TP FI RF e Caixa Brasil FI RF Ref DI LP apresentaram resultados acima do índice de referência, enquanto o fundo Caixa Brasil Gestão Estratégica apresentou desempenho ligeiramente inferior ao benchmark. O fundo Caixa Topázio FIC RF Ref DI LP não apresentou rentabilidade no período analisado.

Já a Subcarteira de Risco apresentou rentabilidade mensal de 3,0268% e rentabilidade acumulada no ano de 16,0010%, porém com desempenho equivalente a 78,4042% do benchmark, indicando resultado abaixo do índice de referência. Dentro dessa subcarteira, os investimentos vinculados ao Banco do Brasil registraram rentabilidade mensal de 3,9889% e rentabilidade acumulada de 17,0071%, correspondendo a 96,9898% do benchmark, com destaque para o fundo BB Ações Governança, que apresentou resultado próximo ao índice de referência.

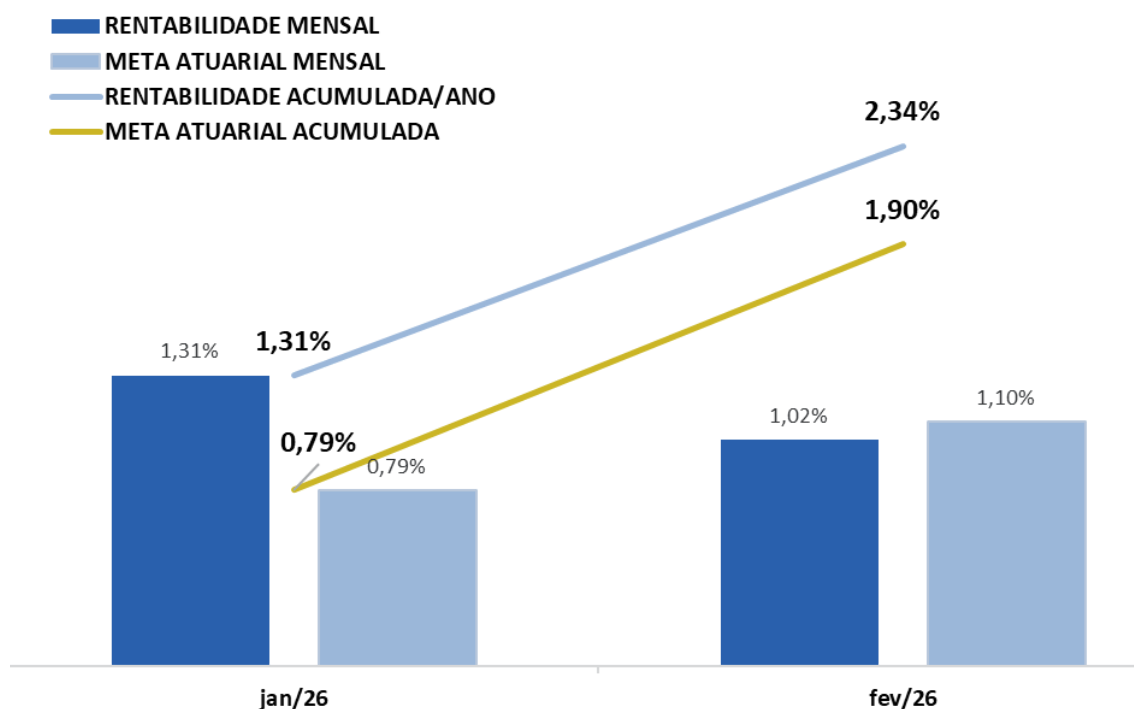
Nos ativos administrados pela Caixa Econômica, a rentabilidade mensal foi de 2,4362% e a rentabilidade acumulada de 15,0896%, correspondendo a 59,2360% do benchmark.

Observa-se grande dispersão de resultados entre os fundos, com o Caixa FIA Eletrobras apresentando desempenho expressivo (12,4825% no mês e 303,5119% do *benchmark*), enquanto o Caixa Brasil Ações Livre registrou rentabilidade mensal negativa (-1,6941%), impactando o desempenho agregado da instituição.

Por fim, na Carteira Consolidada, que agrega todas as subcarteiras, observa-se rentabilidade mensal de 1,0165% e rentabilidade acumulada no ano de 2,3363%, com desempenho correspondente a 104,0857% do *benchmark*, indicando superação do índice de referência no período analisado. Entre as instituições, o Banco do Brasil apresentou desempenho superior, com 107,1724% do benchmark, enquanto a Caixa Econômica alcançou 102,4474%, também acima do índice de referência, ainda que com menor margem.

De forma geral, os dados indicam desempenho positivo da carteira consolidada e da subcarteira de liquidez, com superação do *benchmark*, enquanto a subcarteira de risco apresentou maior volatilidade e desempenho relativo inferior, reflexo das oscilações características dos ativos de renda variável.

GRÁFICO 8 – RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A análise do desempenho do Fundo Previdenciário no primeiro bimestre de 2026 demonstra um cenário positivo em relação ao cumprimento da meta atuarial estabelecida para o período. Em janeiro de 2026, o fundo apresentou rentabilidade mensal de 1,31%, resultado significativamente superior à meta atuarial de 0,79%, gerando um excedente de 0,52 ponto percentual. Esse desempenho inicial representa um resultado bastante favorável, contribuindo para fortalecer o equilíbrio financeiro e atuarial do regime logo no início do exercício.

Em fevereiro de 2026, observou-se uma leve desaceleração na rentabilidade mensal, que registrou 1,02%. Embora esse resultado represente uma redução em relação ao mês anterior, o desempenho permanece consistente quando analisado no contexto do período acumulado. Considerando que a meta atuarial mensal foi de 1,10%, a rentabilidade de fevereiro ficou ligeiramente abaixo do objetivo específico do mês, indicando uma pequena variação em relação à meta.

lado do bimestre, verifica-se que o resultado permanece favorável. A rentabilidade acumulada do fundo atingiu 2,34%, enquanto a meta atuarial acumulada para o período foi de 1,90%. Dessa forma, o Fundo Previdenciário encerrou fevereiro com um superávit de 0,44 ponto percentual acima da meta, evidenciando que a estratégia de alocação dos investimentos tem sido eficaz na geração de retornos compatíveis com as necessidades atuariais do regime.

De maneira geral, os resultados indicam que, apesar das oscilações naturais observadas entre os meses, o desempenho acumulado mantém-se superior à meta atuarial, sinalizando que o fundo está conseguindo gerar retornos adequados para contribuir com a sustentabilidade financeira e atuarial do regime previdenciário. Esse comportamento reforça a importância da gestão estratégica da carteira, capaz de compensar eventuais variações mensais por meio de um desempenho consistente no horizonte acumulado.

Entretanto, ao se analisar o desempenho acumu-

Análise das Instituições Financeiras

TABELA 8 – SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	%	SALDO	RENDIMENTO
BANCO DO BRASIL	35,86%	R\$292.346.241,24	R\$3.031.526,84
CAIXA	64,14%	R\$522.899.060,66	R\$5.062.269,18
TOTAL	100,00%	R\$815.245.301,90	R\$8.093.796,02

Os recursos financeiros do Fundo Previdenciário permanecem majoritariamente alocados na Caixa Econômica Federal, que concentra 64,14% do patrimônio, equivalente a R\$ 522.899.060,66, enquanto o Banco do Brasil detém 35,86%, o que corresponde a R\$ 292.346.241,24, conforme evidenciado no Gráfico 6. Essa concentração encontra-se momentaneamente em desacordo com os parâmetros estabelecidos pela Política de Investimentos vigente em fevereiro de 2026. Contudo, é oportuno destacar que, conforme previsto na própria política, encontra-se em fase final o processo de aquisição de Títulos Públicos Federais, medida que contribuirá para o reequilíbrio da alocação dos recursos e para maior aderência às diretrizes definidas.

Acompanhamento de Dealers

A Goiásprev conduz o processo de credenciamento de Instituições Financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, a partir de março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado como custodiante o BTG Pactual, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como *dealers* pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que representam instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma instituição financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas no processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa que busca o contínuo escrutínio da Instituição Financeira e através dela é possível que a Instituição permaneça habilitada.

ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

- 1 Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
- 2 Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
- 3 Etapa de resultado;
- 4 Etapa de recursos;
- 5 Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- 6 Controle contínuo do credenciamento.

TABELA 9 – ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	1	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	1	Falta de documentação por parte da IF
XP	1	Falta de documentação por parte da IF
CAIXA ECONÔMICA	1	Falta de documentação por parte da IF
BRADESCO	6	Credenciada

A Tabela 9 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, prevista para iniciar em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas, aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade.

Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo depende das informações e documentos exigidos

para a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central.

De forma geral, o processo já assegura instituições habilitadas suficientes para o início das operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto para a eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

**TABELA 10 – LISTA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS S1 E S2
SEGUNDO O BANCO CENTRAL**

IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRADESCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDES	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

As Tabelas 10 e 11 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos. A Tabela 10 relaciona as instituições classificadas nos segmentos S1 e S2, que representam bancos de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional, sendo utilizadas como referência para mitigação de risco de crédito.

**TABELA 11 – TABELA DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS COM DEALRS COM OPERAÇÃO DE
MERCADO ABERTO SEGUNDO O BANCO CENTRAL**

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
Período de Avaliação: 10/2/2026 a 31/7/2026	
Nome da Instituição	
BANCO BRADESCO S.A.	
BANCO BTG PACTUAL S.A.	
BANCO DO BRASIL S.A.	
BANCO J.P. MORGAN S.A.	
BANCO SAFRA S.A.	
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	
BANCO VOTORANTIM S.A.	
BGC LIQUIDEZ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
ITAÚ UNIBANCO S.A.	
WARREN RENA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	
XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	
Referência Legal:	
Resolução BCB nº 180, de 19/1/2022, e Instrução Normativa BCB nº 451, de 29/1/2024.	

Já a Tabela 11 apresenta as instituições credenciadas pelo Banco Central do Brasil como dealers, autorizadas a operar no mercado aberto. Assim, para que uma instituição seja elegível a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que atenda simultaneamente aos dois critérios, ou seja, pertencer aos segmentos S1 ou S2 conforme determinado pela Resolução CMN nº 5.272 de 18/12/2025 e constar na lista de dealers do Banco Central conforme edital 01/2025 -Goiás Previdência. Essa combinação de requisitos reforça a segurança e a confiabilidade das instituições participantes do processo.

Acompanhamento dos Riscos

O *Tracking Error* (TE), é a medida estatística que expressa a volatilidade do retorno da subcarteira em relação ao seu *benchmark* ao longo do tempo. Matematicamente, corresponde ao desvio padrão da rentabilidade da subcarteira e a rentabilidade do índice de referência. Diferentemente da subcarteira de risco, na qual o afastamento do *benchmark* pode refletir gestão ativa deliberada, na subcarteira de imunização o objetivo central é a aderência estrutural ao comportamento do índice escolhido, normalmente um indicador que reflita títulos públicos indexados à inflação com duration compatível ao passivo atuarial.

Assim, no âmbito da subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o *Tracking Error* (TE) mede o grau de descasamento entre a carteira e o parâmetro que representa, de forma aproximada, a dinâmica das obrigações previdenciárias. Nesse contexto, quanto menor o *Tracking Error* (TE), melhor, pois valores reduzidos indicam que a subcarteira acompanha de forma consistente o *benchmark*, reduzindo o risco de desalinhamento entre ativos e passivos. Um TE elevado, por sua vez, pode indicar inadequação de duration, concentração excessiva, exposição a fatores não previstos ou falhas na estratégia de imunização. Portanto, o resultado desejável é um *Tracking Error* próximo de zero, sinalizando elevada aderência e previsibilidade.

No âmbito da Subcarteira de Risco, a análise desloca-se da aderência ao *benchmark* para a relação entre risco e retorno. Nesse contexto, o *Value at Risk* (VaR) representa uma medida de risco que estima a perda máxima esperada em determinado horizonte temporal, para um nível de confiança previamente definido.

Por exemplo, um VaR mensal de 5% a 95% de confiança indica que, em condições normais de mercado, existe 5% de chance de a perda superar aquele valor no período considerado. O VaR não mede a perda efetiva, mas sim uma estimativa estatística de risco extremo. Nesse caso, quanto menor o VaR, melhor, pois valores mais elevados indicam maior exposição a perdas potenciais. Entretanto, um VaR mais alto pode ser aceitável se estiver associado a maior retorno esperado, desde que compatível com o apetite de risco.

Complementarmente, o Índice de Sharpe mede a eficiência da subcarteira ao relacionar o retorno excedente ao ativo livre de risco com a volatilidade total da carteira. Ele é calculado como a razão entre o prêmio pelo risco (rentabilidade da carteira menos taxa livre de risco) e o desvio padrão da rentabilidade. Diferentemente do VaR, que é uma medida absoluta de risco, o Índice de Sharpe avalia a qualidade do retorno obtido por unidade de risco assumido. Nesse caso, quanto maior o Índice de Sharpe, melhor, pois valores elevados indicam que a carteira está gerando retorno adicional de forma eficiente, compensando adequadamente a volatilidade assumida. Um Sharpe negativo indica que o retorno foi inferior à taxa livre de risco, sinalizando desempenho ineficiente.

Em síntese, na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o *Tracking Error* deve ser baixo, pois o objetivo é aderência e estabilidade. Já na Subcarteira de Risco, o VaR deve ser controlado e compatível com os limites de risco estabelecidos, enquanto o Índice de Sharpe deve ser o mais elevado possível, indicando eficiência na relação risco-retorno. Cada métrica, portanto, deve ser interpretada à luz do objetivo econômico específico da subcarteira a que se aplica.



TABELA 12 – TRACKING ERROR DA SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

Tracking Error	FEV	12 MESES
Subcarteira - Liquidez e Estabilidade		
↳ BB PREV FLUXO RF SIMPLES	0,0249	0,8319
↳ CX ALIANÇA TP	0,0306	0,5812
↳ BB RF REF DI TP LP	0,0429	0,7732
↳ CX BR TOPÁZIO	0,0503	0,8577
↳ BB PREV RF PERFIL FIC FI	0,0641	1,0307
↳ CX BR RF REF DI LP	0,0741	1,0084
↳ CX BR TP RF LP	0,0904	1,5231

Tracking Error	FEV	12 MESES
Subcarteira - Liquidez e Estabilidade		
↳ CX BR MATRIZ	0,0966	1,3285
↳ CX BR IRF-M 1TP	0,167	4,4819
↳ BB PREV RF IRF-M1	0,1675	4,4705
↳ BB PREV VÉRTICE TP 2027	0,6376	23,2979
↳ CX GESTÃO ESTRATÉGICA	1,7216	26,6276
↳ BB PREV VÉRTICE TP 2030	2,1306	92,3868
↳ BB PREV RF IRF-M1+	2,5649	114,5281

A análise do *Tracking Error* (TE) dos fundos que compõem a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade evidencia diferentes níveis de desvio em relação aos seus respectivos benchmarks. Essa métrica indica o grau de variabilidade do excesso de retorno, permitindo avaliar o nível de risco ativo assumido na gestão dos fundos.

Observa-se que parte dos fundos apresenta *Tracking Error* relativamente baixo como o BB FLUXO SIMPLES e CAIXA ALIANÇA, tanto na análise mensal quanto no horizonte de 12 meses, o que indica maior aderência ao índice de referência e menor variação em relação ao benchmark. Esse comportamento é esperado em fundos com estratégias mais conservadoras, voltadas à replicação ou acompanhamento próximo de indicadores de renda fixa.

Por outro lado, alguns fundos apresentam valores mais elevados de *Tracking Error* como o BB VÉRTICE 2027 e BB IRF-M1+, especialmente na análise de 12 meses, refletindo maior desvio em relação ao benchmark ao longo do período. Esse resultado pode estar associado a estratégias de gestão mais ativas, diferenças de duration da carteira ou alocações táticas que buscam capturar

oportunidades de mercado.

De forma geral, os dados indicam que, embora existam diferenças entre os fundos, a maior parte dos ativos mantém níveis controlados de risco ativo, compatíveis com o perfil da subcarteira, cuja estratégia prioriza estabilidade, liquidez e aderência aos índices de referência da renda fixa.



TABELA 13 – ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe	FEV	12 MESES
Subcarteira - Risco	0,4514	0,6324
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	0,065	0,5891
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	0,0071	0,5855
↳ CX BR ELETROBRAS	-0,0075	0,7033

VaR	FEV	12 MESES
Subcarteira - Risco	-8,43%	-1,51%
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-8,14%	-22,79%
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-9,55%	-13,40%
↳ CX BR ELETROBRAS	-12,14%	6,29%

A análise das métricas de risco da Subcarteira de Risco considera o Índice de Sharpe e o *Value at Risk* (VaR), indicadores que permitem avaliar o retorno ajustado ao risco e o potencial de perda da carteira. O Índice de Sharpe da subcarteira foi de 0,4514 em fevereiro e 0,6324 em 12 meses, indicando melhor desempenho ajustado ao risco no horizonte mais longo. Entre os fundos, o BB Ações Governança apresentou 0,065 no mês e 0,5891 em 12 meses, o Caixa Brasil Ações Livre registrou 0,0071 no mês e 0,5855 em 12 meses, enquanto o Caixa Brasil Eletrobras apresentou -0,0075 no mês e 0,7033 em 12 meses.

Em relação ao VaR, a subcarteira apresentou -8,43% em fevereiro e -1,51% em 12 meses. Entre os fundos, o BB Ações Governança registrou -8,14% no mês e -22,79% em 12 meses, o Caixa Brasil Ações Livre apresentou -9,55% no mês e -13,40% em 12 meses, e o Caixa Brasil Eletrobras apresentou -12,14% no mês e 6,29% em 12 meses.

De forma geral, os indicadores refletem a maior volatilidade característica dos ativos de renda variável, ainda que o desempenho ajustado ao risco seja mais favorável quando analisado no horizonte de 12 meses.

TABELA 14 – MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	Fevereiro	2026
CARTEIRA CONSOLIDADA	-6,7804%	23,5519%

A Carteira Consolidada apresentou, em fevereiro, margem de -6,7804% em relação à meta atuarial, indicando que, no mês analisado, a rentabilidade ficou abaixo do retorno necessário para o cumprimento da meta. Entretanto, ao se observar o horizonte de janeiro e fevereiro, a carteira registra rentabilidade 23,5519% acima da meta atuarial, evidenciando que, no período mais longo, o desempenho acumulado superou de forma significativa a meta atuarial estabelecida. Esse resultado demonstra que, apesar de eventuais oscilações no curto prazo, o comportamento da carteira permanece favorável quando analisado em uma perspectiva temporal maior, contribuindo para o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

TABELA 15 – RATING DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV

GINV	Fitch	S&P	Moody's	Score	
AAA	AAA	AAA	Aaa		Grau de investimento
AA	AA	AA	Aa		
A	A	A	A		
BBB	BBB	BBB	Baa		Grau especulativo
BB	BB	BB	Ba		
B	B	B	B		
CCC	CCC	CCC	Caa		
CC	CC	CC	Ca		
C	C	C			
RD	RD	D	C		
D	D				

TABELA 16 – PROPORÇÃO DOS PAPEIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR RATING

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências internacionais. A partir desses referenciais amplamente utilizados pelo mercado, foi estruturado um padrão interno denominado GINV, que permite padronizar a análise e facilitar a mensuração do risco de crédito no âmbito da carteira.

As faixas compreendidas entre AAA e A representam o grau elevado de qualidade de crédito, também conhecido como grau de investimento, indicando emissores com elevada capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A categoria BBB ainda integra o grau de investimento, embora represente o limite inferior dessa classificação. Abaixo desse patamar, iniciam-se as categorias BB e B, enquadradas como grau especulativo, caracterizadas por maior sensibilidade a condições econômicas adversas. As classificações CCC, CC e C indicam grau baixo de qualidade de crédito ou situação extremamente especulativa, enquanto os níveis RD e D representam situação de moratória ou default.

Importante destacar que o rating é aplicado exclusivamente aos fundos que detenham ativos com risco de crédito privado, uma vez que títulos públicos federais estão sujeitos ao risco soberano e não demandam avaliação individualizada de crédito privado. No âmbito da GOIASPREV, essa metodologia é utilizada especificamente para os fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, por apresentarem em sua composição ativos emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas.

Ambos os fundos possuem um risco de crédito presente em aproximadamente 35% dos papéis, onde a maior composição é dada pelos títulos com AA (aprox. 17%), seguida dos títulos AAA (aprox. 15%) e por último, os títulos com menor proporção nos fundos são aqueles classificados como BBB (aprox. 3%). Demonstrando que os fundos possuem papéis mais seguros, confirmando a posição conservadora da GOIASPREV.

Análise do Desempenho das Subcarteiras

TABELA 17 – DESEMPENHO DAS SUBCARTEIRAS PELOS BENCHMARKS

DESEMPENHO	RENTABILIDADE DA SUBCARTEIRA	RENTABILIDADE DO BENCHMARK	IAR	ΔR	ERRP	TE
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE	1,0009%	0,9500%	1,053579	0,000509	0,053579	0,002957971
SUBCARTEIRA DE RISCO (IBrX-100)	3,2245%	4,1127%	0,784034	-0,008882	-0,215966	0,07134625
CARTEIRA CONSOLIDADA	1,0204%	0,9778%	1,043618	0,000426	0,043618	0,013247093

A avaliação do desempenho das Subcarteiras e da carteira consolidada foi realizada por meio de métricas complementares que permitem analisar tanto o nível de rentabilidade obtido quanto a superação do benchmark e o grau de aderência ao longo do período. A rentabilidade da Subcarteira corresponde ao retorno efetivo apurado como média ponderada dos ativos que a compõem, enquanto a rentabilidade do benchmark representa o parâmetro de referência compatível com seu perfil de risco. O Índice de Aderência Relativa (IAR) mede a razão entre os dois retornos, indicando superação quando superior a 1 (um).

A diferença de rentabilidade (ΔR) expressa o excesso de retorno absoluto, evidenciando diretamente a geração de valor. O Excesso de Retorno Relativo Percentual (ERRP) normaliza esse desvio em termos proporcionais. Por fim, o Tracking Error (TE) mede a variabilidade do excesso de retorno, indicando o grau de risco ativo assumido.

Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, observa-se rentabilidade de 1,0009%, superior ao benchmark de 0,9500%. O Índice de Aderência Relativa (IAR) de 1,053579 confirma que a carteira superou o índice de referência no período. Esse resultado também é evidenciado pela diferença de rentabilidade (ΔR) positiva de 0,000509, indicando geração de retorno adicional em relação ao benchmark, e pelo ERRP de 0,053579, que expressa esse ganho em termos proporcionais.

Além disso, o *Tracking Error* (TE) de 0,002957971 demonstra baixo risco ativo, sugerindo que o desempenho superior foi obtido com pequena variação em relação ao índice de referência.

Já a Subcarteira de Risco (IBrX-100) apresentou rentabilidade de 3,2245%, inferior ao benchmark de 4,1127%. O IAR de 0,784034 indica que o retorno ficou abaixo do índice de referência. Esse resultado é reforçado pela diferença de rentabilidade (ΔR) negativa de -0,008882 e pelo ERRP de -0,215966, evidenciando perda relativa em comparação ao benchmark. O *Tracking Error* de 0,07134625 é significativamente superior ao observado na Subcarteira de liquidez, refletindo maior volatilidade do excesso de retorno e maior risco ativo, característica típica de carteiras de renda variável.

Por fim, a Carteira Consolidada apresentou rentabilidade de 1,0204%, acima do benchmark de 0,9778%, resultando em IAR de 1,043618. A diferença de rentabilidade (ΔR) positiva de 0,000426 e o ERRP de 0,043618 indicam que, no agregado, a gestão gerou retorno adicional em relação ao índice de referência. O *Tracking Error* de 0,013247093 permanece em nível reduzido, indicando que o excesso de retorno foi obtido com baixo desvio em relação ao benchmark. Assim, apesar do desempenho inferior da Subcarteira de risco, o resultado consolidado foi positivo, influenciado principalmente pelo bom desempenho e pelo peso relativo da Subcarteira de liquidez na composição do portfólio.

Sustentabilidade – ESG

O monitoramento dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG ou ESG) fundamenta-se nas obrigações estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que exige que o gestor de RPPS monitore riscos inerentes a cada operação, incluindo os aspectos de sustentabilidade quando materiais e relevantes.

Dada a recente implementação dessas diretrizes, observa-se que o setor ainda não definiu uma direção uniforme de monitoramento. Contudo, órgãos de fiscalização e controle, notadamente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já demonstram a centralidade do tema. Um exemplo claro é a alteração da Resolução CVM nº 193/2023 pela Resolução CVM nº 227/2025. Até então, a elaboração de relatórios de sustentabilidade era voluntária, seguindo o padrão internacional do International Sustainability Standards Board (ISSB).

Com a nova resolução, estabeleceu-se a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, com base nas normas do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). O cronograma define o seguinte marco:

→ A partir de 01/01/2026 - Torna-se obrigatória a divulgação de relatórios financeiros de sustentabilidade por empresas de capital aberto.

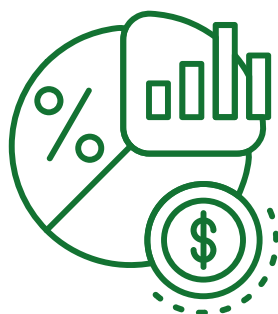
Portanto, compreende-se que o monitoramento pleno desses eventos e informações ainda enfrenta a escassez de dados padronizados, visto que as companhias abertas estão em fase de adaptação e ainda não disponibilizaram os referidos relatórios sob o novo rito. O agente regulador já se movimenta para padronizar as informações que serão produzidas por meio do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS/CVM).

À Goiás Previdência (GOIASPREV), cabe aguardar a emissão dessas informações, bem como acompanhar os comunicados e pareceres do Comitê de Sustentabilidade, visando compreender os movimentos do mercado e selecionar os indicadores que serão integrados à análise de risco da carteira.



Controle de Atividades

	Relatório de Investimentos	Observações
Enquadramento legal e à Política de Investimentos	Tabela 2 (pag. 14) Tabela 3 (pag. 15)	
Desenquadramentos e medidas corretivas		Não houve desenquadramentos no mês de fevereiro
Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, tracking Error e Índice Sharpe)	Tabela 12 (pag. 29) Tabela 13 (pag. 30)	
Risco de crédito (exposição e concentração)	Tabela 15 (pag. 31)	
Análise consolidada de riscos	Tabela 14 (pag. 30)	
Levantamento e monitoramento de custos	Tabela 6 (pag. 20)	
Avaliação do impacto dos custos	Tabela 6 (pag. 20)	
Credenciamento de Instituições Financeiras	Tabela 9 (pag. 26)	
Monitoramento contínuo de credenciados	Tabela 9 (pag. 26)	
Monitoramento dos fundos em exposição ao Exterior		Não há aplicações em fundos estrangeiros
ESG na gestão de Investimento do RPPS	Página 33	



Goiás Previdência

Diretoria-Executiva:

Gilvan Cândido da Silva

Presidente

Marcos Medeiros da Silva

Diretor de Gestão Integrada

Milena Guilherme Dias

Diretora de Previdência

Cel. Cláudio Danilo Moura Braga

Diretor de Militares

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira

Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira

Diretor

Liah de Deus Coutinho

Analista Administrativa

Gerência de Investimentos

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente

Felipe da Silva

Analista de Investimentos

Paulo José Paiva Guimarães

Analista de Investimentos

Oliveira Gomes de Sousa Junior

Assistente de Investimentos

Wanessa Bastos de Oliveira Carvalho

Assessora de Investimentos

GOIASPREV



Goiás
PrevidênciaESTADO DE GOIÁS
GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Parecer a cerca do relatório de investimentos de Fevereiro 2026

PARECER GOIASPREV/CI-19523 Nº 5/2026

PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (Fevereiro/2026)

Assunto: Avaliação da apresentação mensal do Fundo Previdenciário – Fevereiro de 2026

Elaboração: Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos – Gerência de Investimentos

Apreciação: Comitê de Investimentos – GOIASPREV

1. Contextualização

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de fevereiro de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 5272/2025 e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico

O Boletim Focus e os principais indicadores econômicos referentes a fevereiro de 2026 continuam a apontar para um processo gradual de desaceleração das expectativas inflacionárias, refletido em sucessivas revisões para baixo nas projeções de inflação para o encerramento de 2026. Nesse contexto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses situa-se em 3,81%, permanecendo abaixo do limite superior do intervalo da meta de inflação (4,50%) e próximo ao seu centro (3,50%), conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No resultado mensal, a inflação de fevereiro de 2026 registrou variação de 0,70%. Embora o índice tenha se mostrado relativamente mais baixo quando comparado ao observado em fevereiro de anos anteriores, o resultado ainda se situou em nível superior às projeções de mercado para o período.

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) apresentou relativa estabilidade ao longo de fevereiro de 2026, refletindo cautela dos agentes econômicos diante do cenário inflacionário e das perspectivas para a condução da política monetária. Esse comportamento indica que o mercado segue precificando a manutenção da taxa básica de juros em patamar ainda restritivo no curto prazo. Ao mesmo tempo, as expectativas implícitas na curva de juros já passam a incorporar, de forma gradual, o início de um processo de flexibilização da política monetária, com possibilidade de início do ciclo de cortes da taxa básica já a partir da reunião de março, condicionado à evolução do cenário inflacionário e à consolidação das expectativas. A ata da 276ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), realizada nos dias 27 e 28 de janeiro de 2026, permanece como a referência mais recente para a avaliação da condução da política monetária no período, reiterando que o ambiente macroeconômico segue marcado por elevado grau de incerteza e que a estratégia adotada pelo colegiado tem se mostrado adequada. Na ocasião, o Comitê do Banco Central do Brasil decidiu pela manutenção da taxa básica de juros em 15,00% a.a., avaliando que a

política monetária em patamar restritivo continua necessária para assegurar a convergência da inflação à meta. Ademais, o Comitê sinalizou que, caso o cenário prospectivo se confirme, poderá ser considerado o início de um processo gradual de flexibilização da política monetária em reuniões subsequentes, mantendo, contudo, postura cautelosa e dependente da evolução dos dados econômicos.

3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R\$ 823 milhões em fevereiro de 2026, o que representa crescimento de 3,42% em relação ao fechamento de janeiro de 2026. O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025, demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

Para o mês de fevereiro de 2026, o Fundo Previdenciário obteve rentabilidade mensal de 1,02%, ficando abaixo da meta atuarial mensal de 1,10%, o que equivale a 92,72% da meta mensal. Em comparação ao CDI de fevereiro de 2026 (1,00%), atingiu uma rentabilidade de 102,00%. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 2,34%, frente à meta atuarial anual de 1,90%, representando 123,16% da meta alcançada. Em relação ao CDI acumulado no ano (2,17%), o desempenho foi de 107,83%.

Tais resultados refletem a eficiência da política de alocação, sendo impulsionado, principalmente, pelas posições em fundos atrelados a títulos prefixados e por fundos indexados ao CDI.

4. Conclusão e Encaminhamento

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;
2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e com a Política de Investimentos vigente em 2026;
3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 5.272/2025;
4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a fevereiro de 2026.
5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

GOIANIA, 17 de março de 2026.

Gilvan Cândido da Silva
Presidente do Comitê

Adriana Jesus Silva Batista
Membro do Comitê

Antonio Francisco Craveiro Portela
Membro do Comitê

GOIANIA, 23 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA**, **Gerente**, em 24/03/2026, às 08:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA, Assessor (a)**, em 27/03/2026, às 11:31, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **88043064** e o código CRC **37F4987B**.



Referência: Processo nº 202611129001777



SEI 88043064